



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**RAQUEL KAROLYNE MOREIRA DE SOUZA**

**A CONDIÇÃO DA MULHER NO ENSINO DE GEOGRAFIA: DISCUTINDO SEU  
ESPAÇO DENTRO DAS PROPOSTAS CURRICULARES E DO LIVRO DIDÁTICO**

**CAMPINA GRANDE  
2022**

RAQUEL KAROLYNE MOREIRA DE SOUZA

**A CONDIÇÃO DA MULHER NO ENSINO DE GEOGRAFIA: DISCUTINDO SEU ESPAÇO DENTRO DAS PROPOSTAS CURRICULARES E DO LIVRO DIDÁTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Geografia.

**Área de concentração:** Ensino de Geografia.

**Orientador:** Prof. Me. Nathália Rocha Morais

**CAMPINA GRANDE  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729c Souza, Raquel Karolyne Moreira de.

A condição da mulher no ensino de geografia [manuscrito] discutindo seu espaço dentro das propostas curriculares e no livro didático / Raquel Karolyne Moreira de Souza. - 2022.

35 p.: il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação: Profa. Ma. Nathália Rocha Morais, Coordenação do Curso de Geografia - CEDUC."

1. Gênero. 2. Currículo. 3. Livro didático. 4. Ensino de geografia. I. Título

21. ed. CDD 372.89

RAQUEL KAROLYNE MOREIRA DE SOUZA

**A CONDIÇÃO DA MULHER NO ENSINO DE GEOGRAFIA: DISCUTINDO SEU ESPAÇO DENTRO DAS PROPOSTAS CURRICULARES E DO LIVRO DIDÁTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licencianda em Geografia.

Área de concentração: Ensino de Geografia.

Aprovada em: 29/07/2022.

**BANCA EXAMINADORA**



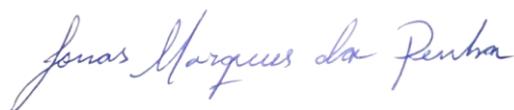
---

Prof.<sup>a</sup> Me. Nathália Rocha de Morais (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof.<sup>a</sup> Me. Maria Marta dos Santos Buriti  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Me. Jonas Marques da Penha  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A minha avó, Maria das Neves Moreira (in memoriam), meu maior referencial de mulher, de luta e resistência. Suas raízes me fizeram florescer! DEDICO.

“Por uma sociedade mais justa e fraterna.”  
(Nestor André Kaercher)

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	7
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	9
2.1	O livro didático como ferramenta para o trabalho docente.....	9
2.2	A mulher no currículo de Geografia .....	11
2.3	Discursão de gênero em sala de aula: pra quê? .....	14
3	METODOLOGIA .....	15
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	17
4.1	Livros didáticos como análise documental.....	17
4.2	Coleta de dados: a opinião dos professore.....	19
5	CONCLUSÃO .....	21
	REFERÊNCIAS .....	22
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO .....	25
	AGRADECIMENTOS .....	27

## **A CONDIÇÃO DA MULHER NO ENSINO DE GEOGRAFIA: DISCUTINDO SEU ESPAÇO DENTRO DAS PROPOSTAS CURRICULARES E DO LIVRO DIDÁTICO**

### **THE CONDITION OF WOMEN IN GEOGRAPHY TEACHING: DISCUSSING THEIR SPACE WITHIN THE CURRICULUM PROPOSALS AND THE TEXTBOOK**

Raquel K. M. de Souza\*

#### **RESUMO**

Sabemos que historicamente as mulheres enfrentaram diversos problemas sociais que as privaram de direitos básicos, e ainda hoje sofrem com as desigualdades de gênero principalmente, violências, por exemplo, a altíssima incidência de feminicídio que são provenientes do machismo impregnado na sociedade. Diante disso, temáticas que envolvem discussões de gênero, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, desigualdade salarial, preconceito contra o trabalho da mulher, entre outras questões, são discussões presentes nos livros didáticos na disciplina de Geografia. Ante o exposto, este trabalho tem como objetivo identificar o espaço que a mulher tem ocupado dentro das propostas curriculares no ensino de Geografia, com foco no 7º ano do ensino fundamental. Para isso, o presente estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica e documental, com análise nas diretrizes que norteiam o currículo do ensino escolar, como a BNCC, PNLN e PCNs. Também foram aplicados questionários a 25 professores de Geografia através do Google Forms afim de compreender suas percepções com relação a eficácia dos livros didáticos utilizados como meio de enfrentamento as desigualdades de gênero. Com este estudo, pode-se constatar que houve um recorte na BNCC nas suas propostas de ensino relacionados a mulher no currículo, que após a publicação da sua mais recente versão, extinguiu totalmente a palavra gênero de seu documento, substituindo por suposições de discussões sobre desigualdade. Além disso, pôde-se evidenciar através da análise dos livros didáticos a redução significativa de conteúdos que envolvem questões de gênero. Para mais, revelou-se a insatisfação de grande parte dos professores entrevistados com relação a suficiência das abordagens nos livros. Com base nos resultados alcançados, consideramos que a omissão do ensino gênero nas escolas, a falta de discussões e metodologias voltadas para a reduzir as desigualdades de gênero e violência contra a mulher poderá repercutir negativamente no que diz respeito aos processos de conscientização e socialização dos sujeitos do processo educativo. Assim, o presente trabalho reflete na perspectiva da intensificação concreta nas abordagens de gênero no ensino escolar, principalmente, nas séries finais do ensino fundamental, que é onde o aluno está mais suscetível a construção de identidade e valores.

**Palavras-chave:** Gênero. Currículo. Livro didático. Ensino de Geografia.

---

\* Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba.  
E-mail: Raquel.moreira.3107@gmail.com

## ABSTRACT

We know that historically women have faced several social problems that deprived them of basic rights, and even today they suffer from gender inequalities, especially violence, for example, the high incidence of femicide that comes from the machismo impregnated in society. Therefore, themes that involve discussions about gender, such as the insertion of women in the labor market, wage inequality, prejudice against women's work, among other issues, are present in textbooks in Geography. In view of the above, this paper aims to identify the space that women have occupied within the curriculum proposals in Geography teaching, focusing on the 7th grade of elementary school. For this, the present study was developed from bibliographic and documental research, with analysis in the guidelines that guide the curriculum of school education, such as BNCC, PNLD and PCNs. We also applied questionnaires to 25 Geography teachers through Google Forms in order to understand their perceptions regarding the effectiveness of the textbooks used as a means of addressing gender inequalities. With this study, it can be seen that there was a cut in the BNCC in its teaching proposals related to women in the curriculum, which after the publication of its latest version, completely extinguished the word gender from its document, replacing it by assumptions of discussions about inequality. In addition, it was possible to evidence through the textbook analysis the significant reduction of contents involving gender issues. Furthermore, it was revealed the dissatisfaction of most of the interviewed teachers regarding the sufficiency of the approaches in the books. Based on the results achieved, we consider that the omission of gender teaching in schools, the lack of discussions and methodologies aimed at reducing gender inequalities and violence against women may have negative repercussions with regard to the processes of awareness and socialization of the subjects of the educational process. Thus, the present work reflects on the perspective of concrete intensification of approaches to gender in school education, especially in the final grades of elementary school, which is where students are more susceptible to the construction of identity and values.

**Keywords:** Gender. Curriculum. Textbook. Teaching.

## INTRODUÇÃO

Antes de mais nada deixamos claro o entendimento do foco de nossa discussão, este relacionado à presença das discussões de gênero no currículo. Segundo Cunha (2014), “gênero é uma categoria criada para demonstrar que a grande maioria das diferenças entre os sexos são construídas social e culturalmente a partir de papéis sociais diferenciados que, na ordem patriarcal, criam pólos de dominação e submissão”. Assim, busca-se aqui uma discussão de gênero pautada no que é culturalmente ensinado e passado de geração em geração e nas diferenças que estão atreladas à relação de poder entre homem e mulher. O que se diferencia da identidade de gênero, que está ligada a forma como o indivíduo lida/se enxerga no masculino e feminino, não sendo este o debate aqui proposto.

Temos a Geografia presente nas discussões sociais buscando formas de compreensão e solução de problemas que afetam a população. Nessa perspectiva,

Santos (1978) afirma que o espaço que interessa à Geografia é o humano ou social este sendo, portanto, o objeto da ciência geográfica. Ou seja, não é possível desempenhar de maneira eficiente a Geografia sem fornecer palcos de discussões críticas e aplicáveis ante as desigualdades e violências que são evidenciadas ao longo da história, inclusive as relacionadas a mulher.

Diante disso, sabe-se que o machismo foi e continua sendo um mal impregnado na cultura brasileira, situação que carrega ao longo da história trágicos momentos que inferiorizam as mulheres ainda vistas como sexo frágil por muitos, e incapazes de desenvolver certas atividades e ocupar determinados espaços. Apesar de podermos comemorar a conquista de direitos ao longo da história, ainda há muito o que ser feito. Exemplo disso, são os atuais dados referentes a crimes de feminicídio que constata a urgência de se discutir o ensino de gênero dentro das escolas.

Temáticas relacionadas a inserção da mulher no mercado de trabalho, desigualdade salarial, a mulher como chefe de família, preconceito contra o trabalho da mulher, dentre outras, são discussões que estão presentes nos livros didáticos na disciplina de Geografia, e de forma mais acentuada nas séries de 7º ano do ensino fundamental. Porém, o que observamos é que tais explanações ocupam pouco espaço nos debates propostos pelos materiais didáticos, surgindo de modo reduzido e sem profundidade quanto a sua abordagem, mesmo diante da clara e urgente necessidade de aplicação.

Levando em consideração a forma superficial como os conteúdos relacionados a mulher estão inseridos nos livros didáticos atualmente, a discussão proposta por este trabalho mostra-se como sendo de fundamental importância e necessária para que os alunos tenham a oportunidade de desenvolver plena consciência acerca da história de lutas para que as mulheres tivessem acesso a muitos direitos básicos, como o direito ao trabalho que foi conquistado lentamente, pois acreditava-se na inferioridade da mulher quando comparada ao homem.

Nesse sentido, os problemas relacionados a deficiência nas abordagens do estudo gênero nos livros didáticos, vão desde a reprodução de estigmas machistas, até o reduzido estímulo à construção do senso crítico dos alunos, que por sua vez tem acesso a informações vagas e sem perspectiva de transformação.

Destaca-se que tais afirmações sobre a inferioridade da mulher trata-se de um equívoco histórico, porém, dados estatísticos atuais revelam essa disparidade de gênero tanto pela quantidade de mulheres inseridas no mercado de trabalho (mesmo essas sendo a maioria no Brasil), quanto pela diferença salarial (mesmo exercendo igual função ao homem), além da discriminação do trabalho feminino considerando que certas atividades são tidas como inapropriadas ou incapazes de ser exercidas por uma mulher.

Diante disso, pode-se notar que o estudo de gênero dentro do currículo escolar abre um leque de possibilidades para auxiliar nas discussões que vão além das já citadas, tendo em vista que os problemas crônicos que afetam a sociedade, devem ser compreendidos como responsabilidade de todos, inclusive da escola.

O interesse neste estudo surgiu em decorrência de experiências pessoais e familiares vivenciadas ao longo de minha juventude, sendo potencializado durante o período de atuação no Programa de Residência Pedagógica desenvolvido no âmbito da UEPB (RP/UEPB). Nesse momento foi possível me inserir em sala de aula e ter maior contato com os materiais didáticos utilizados, nos quais percebi no livro didático do 7º ano adotado pela minha escola campo de atuação, uma superficialidade nas abordagens relacionadas ao ensino de gênero, fato que acabava limitando aos alunos o acesso a discussões e reflexões sobre a importância

da mulher na construção do espaço geográfico. É inquietante perceber que uma pauta tão necessária, que carrega historicamente injustiças e desigualdades, venha sendo mensurada na contemporaneidade de forma simplória e retalhada.

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo identificar o espaço que a mulher tem ocupado dentro das propostas curriculares no ensino de Geografia, com foco no 7º ano do ensino fundamental. Buscando assim, de forma sintética, apresentar quais são os enfoques de gênero abordados nesses livros, analisando os conteúdos relacionados a mulher e discutido se as abordagens vem sendo apresentadas de forma eficiente para que o intuito de sua representação seja obtido de forma satisfatória.

Como procedimentos metodológicos foram realizadas a revisão bibliográfica em livros, artigos e monografias voltadas à temática discutida, a pesquisa documental em dois livros didáticos do ensino fundamental II, que são: Expedições Geográficas (Editora Moderna) e Araribá (também da Editora Moderna). Após a estruturação do aporte teórico e da análise documental, foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário, sendo este aplicado à docentes do ensino básico através do Google Forms e cujas questões versaram sobre a concepção de professores de Geografia acerca da abordagem das questões de gênero em sala de aula.

Com este estudo, pode-se constatar que houve um recorte na BNCC nas suas propostas de ensino relacionados a mulher no currículo, que após a publicação da sua mais recente versão, extinguiu totalmente a palavra gênero de seu documento, substituindo por suposições de discussões sobre desigualdade. Além disso, pôde-se evidenciar através da análise dos livros didáticos a redução significativa de conteúdos que envolvem questões de gênero. Para mais, revelou-se a insatisfação de grande parte dos professores entrevistados com relação a suficiência das abordagens nos livros. Com base nos resultados alcançados, consideramos que a omissão do ensino gênero nas escolas, a falta de discussões e metodologias voltadas para a reduzir as desigualdades de gênero e violência contra a mulher poderá repercutir negativamente no que diz respeito aos processos de conscientização e socialização dos sujeitos do processo educativo. Assim, o presente trabalho reflete na perspectiva da intensificação concreta nas abordagens de gênero no ensino escolar, principalmente, nas séries finais do ensino fundamental, que é onde o aluno está mais suscetível a construção de identidade e valores.

## **2 FUNDANTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 O livro didático como instrumento para o trabalho docente**

É sabido que desde a década de 1970, houveram diversos julgamentos com relação ao uso dos livros didáticos. As críticas afirmavam a ausência de técnicas adequadas para efetivação da aprendizagem, bem como sinalizavam as lacunas que o material poderia deixar no processo ensino-aprendizagem. Além disso, as discussões também se relacionavam a sua comercialização, pois especulava-se que esta mascarava interesses econômicos em sua produção, além do mais, a desaprovação era evidenciada por acreditar que o uso dos livros didáticos estaria ligado a uma forma de controle do trabalho docente e do currículo (TAGLIANI, 2011, p. 137).

Nesse sentido, temos os professores da rede de educação básica como protagonistas atuantes, intermediadores e construtores de conhecimento, sendo subsidiados pelos temas indicados no currículo. Ora, se existem mecanismos para se pensar na solução de problemas sociais, teremos que percorrer estrategicamente caminhos para seu uso efetivo. E para isso temos os professores, responsáveis pelo significado dado os discursos propostos em sala de aula. Almeida (2008), afirma que:

A docência não pode se resumir à aplicação de modelos previamente estabelecidos, devendo dar conta da complexidade que se manifesta no contexto da prática concreta desenvolvida pelo professor, posto que o entendemos como um profissional que toma as decisões, que sustenta os encaminhamentos de suas ações. Um profissional ativo, crítico, participativo e consciente frente à realidade da escola e das situações problemáticas que se colocam como estrangulamentos ao seu modo de agir (p. 481).

Desta maneira, a formação deve garantir a cada professor a construção de sua posição como profissional, mas também fazê-lo aprender a sentir como professor sendo esta peça fundamental e atuante nas pautas educativas relacionadas a problemas sociais, pois ferramentas didáticas bem elaboradas e um currículo satisfatório não irão garantir sua execução sem a intervenção qualificada do professor. Nesse sentido:

O trabalho pedagógico é, indiscutivelmente, necessário e importante à formação do cidadão. A Geografia, então, é uma disciplina que contribui com esta formação, pois traz em sua grande abrangência em relação às diferentes áreas do conhecimento o respaldo necessário à compreensão do homem enquanto sujeito ativo em um mundo extremamente dinâmico (BELO e MONARI, 2012, p. 66).

O professor conta com o auxílio diário dos livros didáticos que mesmo diante de tantas controvérsias e resistência quanto ao seu uso, já existe no Brasil o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) criado desde 1937 durante o governo Vargas e cujo o objetivo foi o de incentivo à leitura. O programa passou por diversas transformações, e segue na busca de atualizações para que as abordagens selecionadas nos livros consigam acompanhar as transformações socioespaciais. No entanto, o PNLD, só assumiu seu formato atual por volta da década de 90.

Atualmente, o Plano Nacional do Livro e do Material Didático trabalha diretamente com a educação básica brasileira e, embora a criação e a evolução desse programa não tenham acabado com todas as críticas e dificuldades que envolvem os livros didáticos, deve-se reconhecer sua contribuição ao propor que todas as obras publicadas passem por processos avaliativos, viabilizando a mensuração da melhor qualidade do material que chega às escolas públicas.

Pode-se comemorar um avanço, todavia ainda existem lacunas passíveis de discussões afim de que essa ferramenta didática tão útil seja constantemente reavaliada e ajustada de acordo com as transformações espaciais e sociais que ocorrem ao longo do tempo, e fazendo com que este instrumento sirva de base para construção de um indivíduo não apenas intelectualmente apto, mas também socialmente humanizado.

Na atualidade, embora as críticas sobre o uso do livro didático ainda sejam foco de discussões, ele continua sendo o principal instrumento utilizado pela maioria dos professores da rede básica de ensino, principalmente por ser o material mais acessível para grande parte dos alunos de escolas públicas, que vivem em

condições socioeconômicas desfavoráveis, onde o acesso a recursos didáticos-pedagógicos diversificado ainda representa um entrave. Exemplo desse fato é o avanço tecnológico, um ambiente que se usado adequadamente, gera grandes benefícios aos alunos, mas que esbarra em questões relacionadas ao acesso, a qualidade de sinal, de equipamentos, de formação, entre tantas outras questões que tornam o uso das tecnologias para fins educativos uma realidade distante para muitos estudantes.

Diante disso, fica evidente a influência direta do livro didático na prática docente e sua importância no auxílio da aprendizagem dos alunos, tendo em vista que muitas vezes este é o único meio de acesso aos conhecimentos teóricos escolares. Neste sentido, é imprescindível ter a compreensão concreta, e uma cautela de como se dá a formulação e a seleção dos conteúdos que são abordados nos livros didáticos. Nesse sentido,

A grande capacidade que editores e autores demonstraram ao longo da história da educação brasileira de adaptar o livro didático às mudanças de paradigmas, alterações dos programas oficiais de ensino, renovações de currículos e inovações tecnológicas é um dos fatores que justifica a sua permanência como parte integrante do cotidiano escolar de várias gerações de alunos e professores (SILVA, 2012, p 805).

Os livros didáticos são vistos como uma formulação do currículo que resulta em diferentes perspectivas. Segundo Braga (2002), a construção dos materiais didáticos pode ser considerada híbrida já que se constitui na junção de práticas didáticas, da ciência e do cotidiano. Desta forma, podemos afirmar que esses materiais carregam em si diferentes entendimentos sociais, políticos e culturais.

Por serem instrumentos presentes no cotidiano dos alunos e professores, os livros didáticos trazem temáticas que podem atingir grandes proporções e diferentes compreensões, influenciando diretamente na construção do espaço geográfico no qual o indivíduo está inserido. Por este motivo é imprescindível que estes materiais sejam muito bem selecionados e avaliados e, para além disso, é preciso que haja um acompanhamento quanto ao discurso que se dá em sala de aula através do professor que, junto ao livro didático, torna-se parte responsável na construção moral das crianças. Diante disso, confirma-se a importância de se intensificar as temáticas de gênero dentro dos livros didáticos, pois se reconhece sua relevante influência para o público-alvo, os alunos.

## **2.2 A mulher no currículo de Geografia**

A implantação das propostas de gênero nas escolas teve seu início mais notório na década de 90 (LIBÂNIO, 2016), antes disso seu discurso era um tabu no ambiente escolar. Em consequência abriram-se as possibilidades para que discussões relacionadas ao espaço feminino e a desigualdade de gênero fossem aplicadas nas escolas, de igual maneira se deu para assuntos relacionados as drogas e as doenças sexualmente transmissíveis.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei que regulariza a educação brasileira pública e privada, com base nos princípios da constituição, criada em 1961, pelo governo brasileiro em 1998, destaca que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996)

Desta forma, cabe também à escola proporcionar um ambiente onde o aluno possa ter orientações sobre respeito, a fim de desestruturar desigualdades e dizer não ao machismo, dizer não a violência, e desta maneira, proporcionar ao aluno um melhor relacionamento social e pessoal.

Também direcionados à educação foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Este documento buscava auxiliar os professores sobre suas práticas pedagógicas sendo, durante seu período de vigência, norteadores para que existisse a possibilidade de adaptar o ensino as realidades vivenciadas nos diversos espaços brasileiros. Diante disso, nasce o reconhecimento da necessidade da abordagem de temas transversais enquanto temáticas que envolvem valores sociais que devem permear o ensino escolar, e entre estes temas pode-se mencionar as relações de gênero.

Pontuschka (1999), aponta que:

Os PCS, portanto, não constituem um projeto isolado mas fazem parte de políticas públicas educacionais iniciadas com a LDB/96 e estabelecidos de acordo com as determinações de políticas mais amplas ditadas pelo conjunto de países centrais para países chamados emergentes, como o Brasil, sob respaldo e a cooperação do Estado, e que afetam profundamente o trabalho pedagógico das escolas brasileiras (p.14).

E no que se refere aos PCNs de Geografia, havia a abordagem de forma direta acerca da questão de gênero:

Situar em um mesmo patamar os papéis desempenhados por homens e mulheres na construção da sociedade contemporânea que ainda encontra barreiras que ancoram expectativas bastante diferenciada com relação ao papel futuro de meninos e meninas (BRASIL, p.45).

Neste sentido, fica claro o espaço aberto dentro da Geografia para as discussões de gênero nas escolas, além disso há um reconhecimento da prevalência das desigualdades existentes. Deve-se buscar mecanismos didáticos que preparem os alunos no sentido da personificação futura, sobretudo para a contribuição da minimização do machismo entranhado na sociedade, que historicamente inferioriza a mulher, a priva de direitos e em milhares de casos, tiveram e continuam tendo suas vidas ceifadas.

Farias (2014) destaca que:

No ensino da Geografia, as representações das áreas desta ciência são de fundamental importância para a construção do raciocínio sobre o espaço geográfico. Assim, preparar o aluno para o domínio da linguagem própria dessa representação deve ser um dos objetivos dessa disciplina em todos os níveis de escolarização da Educação Básica. Nesse sentido, é de suma importância discutir os limites e as possibilidades da disciplina de Geografia em sala de aula, notadamente nos anos iniciais do Fundamental e final do Ensino Médio, que são os "extremos" da educação básica (FARIAS, 2014, p. 58)

Diversas pesquisas afirmam que a melhor fase para formulação de princípios, bem como a construção de preconceitos se dá na infância, ou seja, na fase escolar nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Este momento representa o período

de aquisição de conhecimentos e vivências no espaço escolar e familiar, os quais se perpetuam durante a fase adulta do indivíduo. Logo, é preciso ultrapassar as barreiras quanto à aplicação e intensificação do currículo do ensino de gênero nas escolas, compreendendo a importância da abordagem dessa temática.

No que concerne aos conteúdos expostos nos livros didáticos, as Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimentos e Habilidades, devem estar atrelados aos previstos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é o documento normativo que sugere as aprendizagens essenciais que todo aluno deve aprender de acordo com cada série.

Este documento, aprovado em 2017 e implementado nas escolas da rede básica do país, serve como base na condução dos conhecimentos, e propõe cautela para que não ocorram transgressões de conteúdos nas diferentes estruturas pedagógica presente nos diversos livros didáticos adotados pelas escolas no Brasil. Sobre a BNCC temos que:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação do país por meio de um estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito. (BRASIL,2018).

No entanto, observa-se que estes materiais divulgados ainda não passaram por uma triagem suficientemente analítica e por isso, são passíveis de alterações para que consiga atender seus objetivos sem que ocorra um mascaramento quanto a realidade do atual cenário da educação no Brasil, muito embora este documento já tenha sido apresentado em três diferentes versões, tendo ocorrido alterações em suas propostas.

Compete informar que, após um estudo em seu recorte histórico, no que se refere as orientações sobre o ensino de gênero nas escolas, ficou evidenciado uma redução significativa com relação à essas temáticas na atual versão da BNCC. Percebe-se que nas suas primeiras versões, era sugerido de forma explícita as orientações no que tange as temáticas de gênero sendo esse termo amplamente utilizado em quase todo documento. Hoje, em sua versão mais recente, observa-se que o termo “gênero” foi eliminado do documento, e seu sentido aparece classificado apenas como “combater as diferenças e diversidades”.

Segundo Silva (2020), um dos motivos para a retirada das discussões sobre gênero da BNCC, se daria pela pressão que o MEC recebeu, principalmente da bancada evangélica na Câmara dos Deputados. Em um de seus discursos a líder da bancada do (PSC-PR), Takayama, afirma que a ideia de gênero nas escolas iriam destruir a identidade das crianças e também a base familiar.

As opiniões contrárias estão associadas à menção de que com os estudos dessas temáticas a escola estaria criando um ambiente onde as crianças iriam sair experimentando tudo (as várias orientações sexuais), distorcendo suas identidades para saber o que melhor lhes convém e, comisso, acabaria por colocar em risco a família tradicional. Também se argumenta que este seria um assunto a ser tratado somente pelos pais, pois não cabe à escola ensinar sobre sexualidade (SILVA, 2020, p. 11).

Neste sentido, a formulação da atual BNCC, especificamente pela forma que foi construída, recebe críticas também por parte da comunidade geográfica brasileira, composta por professores e alunos, a exemplo da AGB, que tem se

mostrado resistente ao documento afirmando que sua formulação se deu a partir de uma lógica centralizadora e sem a participação ampla e contínua dos diferentes sujeitos no processo de elaboração e implementação (GIROTTO, 2016).

Desse modo, ao se elaborarem políticas públicas que vão atingir diretamente as práticas pedagógicas, é indispensável que se tenha a classe professoral como principal fonte de consulta, seja na seleção dos conteúdos curriculares, até nas metodologias de ensino aprendizagem, por serem estes os agentes ativos na educação escolar, e assim, os maiores conhecedores das defasagens e realidades da sala de aula. Além disso, vale ressaltar que um documento não deve limitar a possibilidade de um professor levantar questões a partir da realidade local e estabelecer diretrizes para conduzir o processo pedagógico.

Para Girotto (2016, p. 429), diante da atual face da BNCC e pela maneira que sua construção foi conduzida, “a escola e o professor passam a ser responsáveis pelo fracasso ou êxito de uma proposta curricular da qual pouco participaram no processo de elaboração”. Antes de mais nada, é preciso debater e lutar pelos investimentos necessários para que todas as escolas públicas no país tenham as condições materiais e humanas para garantir o acesso, a permanência e apropriação, por todos os estudantes, dos conteúdos e conhecimentos historicamente construídos.

### **2.3 Discussão de gênero em sala de aula: para quê?**

Conforme apontado anteriormente neste trabalho, ficou evidenciado o respaldo nas leis, diretrizes e bases que formulam o currículo escolar, a necessidade do tema transversal sobre gênero. Mas, qual a urgência essa abordagem? Quais são os resultados esperados diante da proposta da temática no currículo? Para iniciar a discussão, (Cunha, 2014) afirma que:

A violência contra a mulher é um fenômeno antigo e, também por isso, muito banalizado. Ele se encontra justificado por pressupostos biológicos bem duvidosos, mas infelizmente comuns, que apontam a mulher como ser mais frágil, de menor força física e capacidade racional, que por sua própria natureza domesticável tem tendência a ser dominada, pois necessita de alguém para protegê-la e orientá-la. (CUNHA, 2014, p. 150)

Historicamente a mulher foi vista como ser biologicamente e cognitivamente inferior ao homem. Durante muito tempo, seu papel na sociedade foi de procriadora/cuidadora. Nesta concepção, ela estaria passível de violência e merecia correções por parte do patriarcado. A agressão, nesta perspectiva infundada, se justificaria, portanto, como controle da irracionalidade feminina (CUNHA, 2014, p. 150).

Tradicionalmente o comportamento feminino foi/é referenciado ao de cuidadora, a que deve ficar em casa assumindo as tarefas domésticas, cuidando dos filhos, a que deve ceder, obedecer e se preservar. Este reflexo permanece tão evidente, que os atuais dados estatísticos apontados pelo IBGE, comprovam um percentual elevado entre as mulheres que atuam em profissões de cuidadoras quando comparadas aos homens. Profissões que remete cuidados como: enfermeiros, professores de educação infantil e psicólogo, tem em sua maioria profissionais do sexo feminino.

A consciência de que as mulheres têm de si mesmas deriva de sua inserção como mulheres e esposas na estrutura social e não da socialização que

receberam, ainda que esta integre o processo de se tornar mulher. Não se trata somente do que as mulheres introjetaram em seu inconsciente, mas de suas vivências concretas na relação com homens/maridos. (SAFIOTTI, 2004, p. 131).

Outro dado estatístico que chama atenção e comprova tais afirmações, se dão pelo fato de 51,7% da população brasileira ser composta por mulheres (IBGE, 2018), e mesmo assim, elas estão em menor quantidade entre a população economicamente ativa. Além disso, os cargos de liderança, como diretores e gerentes, são ocupados em sua maioria por profissionais do sexo masculino.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 significou um marco quanto aos direitos humanos da mulher e ao reconhecimento de sua plena cidadania. Este documento prevê expressamente a igualdade de todos perante a lei, sem preconceitos quanto a raça, sexo, origem, idade e cor ou qualquer outro tipo de discriminação, além de dispor que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. (TELLES, 2002, p. 59).

Em vista de tais direitos garantidos pela Constituição Federal Brasileira, precisam ser buscadas ações e estratégias para minimização do machismo, a cultura da superioridade masculina deve ser desconstruída das famílias. A imagem de submissão e inferioridade da mulher diante do homem foi, e continua sendo a causa avassaladora dos dados de violência e feminicídio. O termo violência pode ser compreendido como “uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, reprimindo e ofendendo física ou moralmente” (TALLES, 2002). E mesmo com os avanços sociais, econômicos, culturais, homens e mulheres continuam em um patamar muito desigual nas diferentes esferas da sociedade.

Embora exista a Constituição que prevê garantias de direitos para igualdade de gênero e as leis de proteção para a mulher, como a Lei Maria da Penha que além de definir quais são os diferentes tipos de violência, contem instrumentos legais que despontam a forma de enfrentamento e punição aos agressores. A realidade brasileira ainda necessita de um olhar atento a essa problemática, no Brasil, os dados estatísticos sobre a violência feminina mostram que a cada 11 minutos ocorre 1 estupro, 1 mulher é assassinada a cada 2 horas, são 503 agressões a cada hora, 5 espancamentos a cada 2 minutos. Estes dados podem, e devem ser abordados nas aulas de Geografia:

A Geografia como disciplina escolar, tem como objetivo contribuir para a formação integral dos educandos. O papel dessa área do conhecimento é refletir, compreender, observar, interpretar e saber pensar o espaço geográfico, que é um produto histórico, que revela as práticas sociais das pessoas que nele convivem (PUNTEL, 2007, p. 285).

Os fatos e dados estão postos e comprovam a urgência de nossa pauta, não se pode silenciar ou ignorar a atual realidade da mulher no Brasil. E o que justifica tal comportamento machista na classe masculina? Ora, se a construção moral do indivíduo se dá na infância, a educação não é uma função exclusiva da família. A escola desempenha um papel social muito forte na vida das crianças, e se um problema como o feminicídio passa a ser de ordem pública, é dever da escola executar a função de conscientização e reflexão acerca do respeito e igualdade de gênero.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho possui natureza de uma pesquisa qualitativa, com investigação sobre o espaço que a mulher tem ocupado nos livros didáticos de Geografia, com vistas a identificar como as temáticas que envolvem as discussões de gênero estão sendo abordadas nesses materiais. Segundo Dezin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que aqui buscaremos estudar os mecanismos das abordagens de gênero em seus diferentes contextos.

Para alcançar os objetivos propostos e melhor apreciação deste trabalho, foi realizada na perspectiva metodológica da pesquisa documental, com análise nas diretrizes que norteiam o currículo do ensino escolar, como a BNCC, PNLD e PCNs e, bibliográficas, isto é, em monografias, livros e artigos publicados em periódicos de revistas, obtendo a contribuição de diversos autores que já se dedicaram a estudos pautados nas questões de gênero no ensino. Para Gil (2002), a pesquisa em revistas nos tempos atuais representa uma das mais importantes fontes bibliográficas.

Para mais, o trabalho que ora se apresenta foi levado a efeito a partir de análise documental. Segundo, Gil (2002), há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Neste sentido, para realização desse estudo, foi dada ênfase às expressões curriculares da BNCC, que é o documento que normatiza o programa PNLD, como também foi realizada uma busca nos PCN's de Geografia, explanando suas orientações no diz respeito ao papel da mulher no ensino. Os procedimentos de análise dos conteúdos, por sua vez, foram realizados com base na perspectiva de investigar suas abordagens de forma geral, mas também localizar o que eles indicam enquanto documentos normativos, especialmente sobre o que compete à ciência geográfica quanto às questões de gênero nos livros didáticos.

Neste sentido, o livro didático foi tomado para exame o que também configura um procedimento de análise documental, técnica que consiste na reunião e descrição do conteúdo dos documentos e implica a possibilidade de "efetuar uma primeira ordenação das informações para selecionar aquelas que parecem pertinentes" (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 168).

A análise foi realizada em dois livros didáticos do ensino fundamental II do 7º ano, onde a escolha se deu por eles integrarem coleções da Editora que mais tiveram exemplares distribuídos através PNLD para as escolas da rede básica de ensino, que são: Expedições Geográficas (Editora Moderna) e Araribá (também da Editora Moderna). Tendo como foco de análise identificar o espaço que a mulher tem ocupado nesses livros. Para tal, foi verificado quais os conteúdos relacionados à temática e em qual proporção, a exemplo, da quantidade de assuntos e imagens, bem como a extensão textual proposta. Além disso, por serem exemplares publicados em anos diferentes (2015 e 2018), pela mesma editora, fizemos um comparativo para identificar se ao longo dos anos, estas temáticas aumentaram ou tiveram suas abordagens reduzidas nos respectivos livros.

Segundo Gil (1996), a coleta de dados em um estudo é baseada em diversas fontes de evidências. Para efeito de elaboração e contribuição dessa pesquisa, afim de trazer respaldos à problemática levantada, também foi levado em consideração as concepções e posicionamentos de alguns professores da rede pública e privada de ensino.

Para isso, foi aplicado um questionário através do Google Forms, junto a 25 professores(as) de Geografia que participaram como voluntários da pesquisa. O

formulário foi constituído por 9 questionários que versam sobre o ponto de vista relacionado a temática, a respeito das abordagens de gênero nos livros didáticos, bem como suas atuações enquanto professores para desenvolvimento desses alunos. O questionário foi aplicado a professores de Geografia que atuam no ensino fundamental II, por serem estas as séries do foco na análise dos livros. A partir desta organização, pudemos alcançar os objetivos traçados para este trabalho.

Ademais, cabe salientar a importância de cada procedimento metodológico adotado para fins desta pesquisa, pois foi a partir destes que se tornou possível alcançar o objetivo determinado para o estudo.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Livros didáticos como análise bibliográfica

As discussões relacionadas a orientação sexual dos seres humanos já geraram diversas discussões, e tem ganhado cada vez mais espaço. Porém, nota-se que ainda existe muita resistência por se tratar de um assunto que levanta posicionamentos diferenciados nas diferentes esferas da sociedade, mas, principalmente, no âmbito religioso e político. No entanto, para a discussão de gênero aqui proposta, e conseqüentemente sugerida pela escola não se aplica a falar sobre ideologia sexual ou questões relacionadas, mas abrangendo aspectos sociais, psicológico e moral.

Compreendendo que os livros didáticos são coordenados por parâmetros, diretrizes e legislações que dão espaço e sugerem discussões de gênero, sobretudo no que vincula-se as desigualdades, selecionamos para análise 2 exemplares de livros didáticos do 7º ano do ensino fundamental. Justificamos a escolha desses materiais por eles serem os mais distribuídos no PNLD, que são das coleções: Expedições Geográficas (Editora Moderna 2015) e Araribá (também da Editora Moderna 2018), afim de explanar de que forma as temáticas que envolvem gênero estão sendo inseridas em seus respectivos exemplares.

A análise partiu da verificação de quais e quantas são as temáticas que se referem à mulher estão presentes nos materiais, sendo também comparadas as mudanças que a editora vem transferindo para as temáticas ao longo dos anos nas abordagens trazidas por seus livros didáticos. Sob a lente teórica, organizamos as observações de cada documento respeitando a ordem cronológica de suas respectivas publicações.

Como primeira análise, temos o livro Expedições Geográficas- 2º edição, publicado pela editora Moderna em 2015, de autoria de Melhem Adas e Sérgio Adas. O Quadro 01 apresenta as temáticas de gênero que o material propõe:

**Quadro 1- Abordagens de gênero no livro de Geografia Expedições Geográficas, 2015.**

LIVRO	EDITORA	ANO	SÉRIE
Expedições Geográficas	Moderna	2015	7º ano
PAUTAS RELACIONADAS A MULHER			
Mulheres e desigualdades no mercado de trabalho;			
Mulheres e homens: desigualdade de rendimentos;			
Mulheres chefes de família;			

Avanços na escolaridade feminina.
-----------------------------------

Fonte: Elaboração própria da autora, 2022.

Conforme pôde-se observar, o documento traz um recorte que envolve questões de gênero em quatro perspectivas:

- a) Mulheres e desigualdades no mercado de trabalho: aqui os autores sugerem que as mulheres são minoria no mercado de trabalho, e a causa se dá pelo fato de grande parte delas continuar acumulando os trabalhos domésticos.
- b) Mulheres e homens: desigualdades de rendimentos: encontramos aqui, um dado estatístico que comprova que as mulheres recebem cerca de 27% a menos que os homens, em muitos casos.
- c) Mulheres chefes de família: neste tópico os autores apontam as mudanças histórico-sociais, em que se evidencia um aumento na quantidade de mulheres que assumem o papel de chefes de família, ou seja, como mantenedoras e sem a necessidade de um conjugue, situação que há tempos remotos seria totalmente rejeitada pela sociedade. Vale ressaltar que, evidencia-se um aumento, porém o sexo masculino ainda é predominante neste aspecto.
- d) Avanços na escolaridade feminina: por último, mas não menos importante, o livro faz um recorte sobre os avanços da escolaridade feminina, que veio a superar os homens nos indicadores educativos relacionados aos ensinos médio e superior. Ou seja, as mulheres brasileiras tendem a ter mais qualificação para entrar no mercado de trabalho, porém, isso ainda não se reverte em salários mais elevados.

Na análise do segundo documento, temos o livro Araribá Mais- 1º edição, publicado pela editora Moderna em 2018, de autoria de César Brumini Dellore. As temáticas de gênero que o material propõe estão mencionadas no Quadro 02.

**Quadro 02. As abordagens de gênero no livro Araribá, 2018.**

LIVRO	EDITORA	ANO	SÉRIE
Araribá	Moderna	2018	7º ano
<b>PAUTAS RELACIONADAS A MULHER</b>			
Mulheres na PEA			

Fonte: Elaboração própria da autora, 2022.

Nesse material didático foi possível verificar os seguintes aspectos:

- a) Mulheres na população economicamente ativa (PEA): o autor relata a minoria feminina no mercado de trabalho, além das desigualdades no tratamento entre homens e mulheres nesse âmbito. Cita no mesmo texto, os casos corriqueiros de desrespeito aos direitos garantidos por lei as mulheres, como a licença-maternidade e a licença para amamentar. Além disso, constata-se que em momentos de crise econômica, historicamente, as mulheres eram as primeiras a seres demitidas.

Como é perceptível, as análises realizadas mostram de forma evidente um declínio nas abordagens de gênero entre um livro e outro. Destaque-se que, ambos

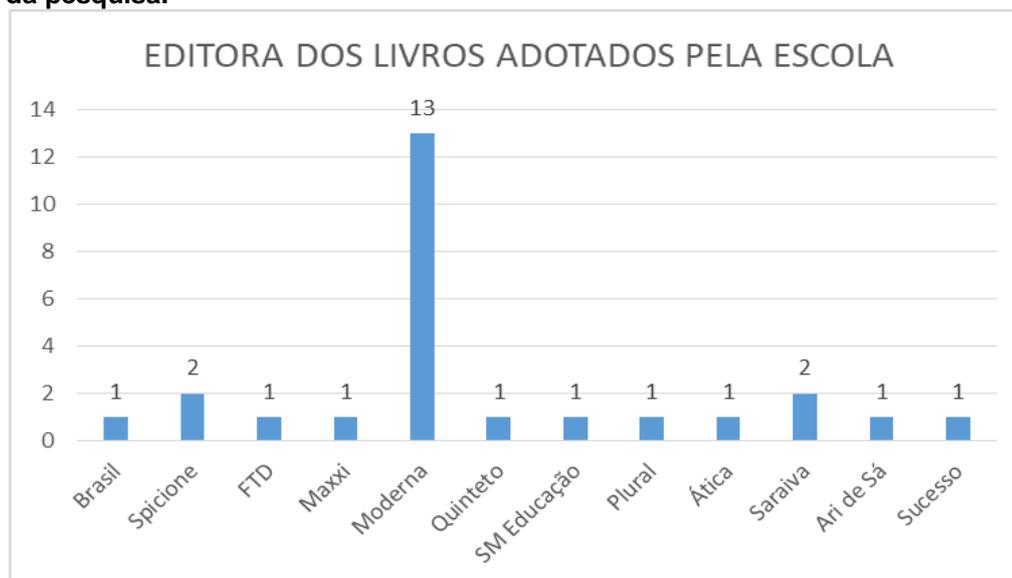
foram publicados pela mesma editora, com a diferença de 3 anos entre as publicações sendo possível, portanto, constatar uma redução significativa na quantidade de temas envolvendo gênero abordados nesses livros, mesmo diante da urgência de suas discussões que ainda continuam em grande evidência na contemporaneidade.

#### 4.2 Coleta de dados: a opinião dos professores

Somando-se aos dados já explanados, também foi aplicado um questionário levando em consideração as concepções e posicionamentos de alguns professores da rede pública e privada de ensino. Para coleta de dados, foi aplicado um questionário através do Google Forms, pois esse tipo de instrumento de coleta de dados é bastante viável e pertinente a ser empregado quando se trata de problemas cujos objetos de pesquisa correspondem a questões que envolve opinião, percepção e posicionamento. Para isso, 25 professores de Geografia participaram da pesquisa respondendo um formulário online constituído por 9 questões que versaram sobre seu ponto de vista relacionado a temática.

Sobre o perfil dos professores a maioria atua em escolas da rede pública de ensino. Em percentuais temos: 84% dos docentes atuam em escolas públicas, 12% atuam em instituição privada e 4% atuam nas duas esferas. No primeiro momento, perguntamos qual o livro didático adotado pela escola em que eles atuam, tivemos os seguintes dados, conforme demonstra o gráfico 01.

**Gráfico 01- Editora dos livros adotados pela escola dos professores que participaram da pesquisa.**



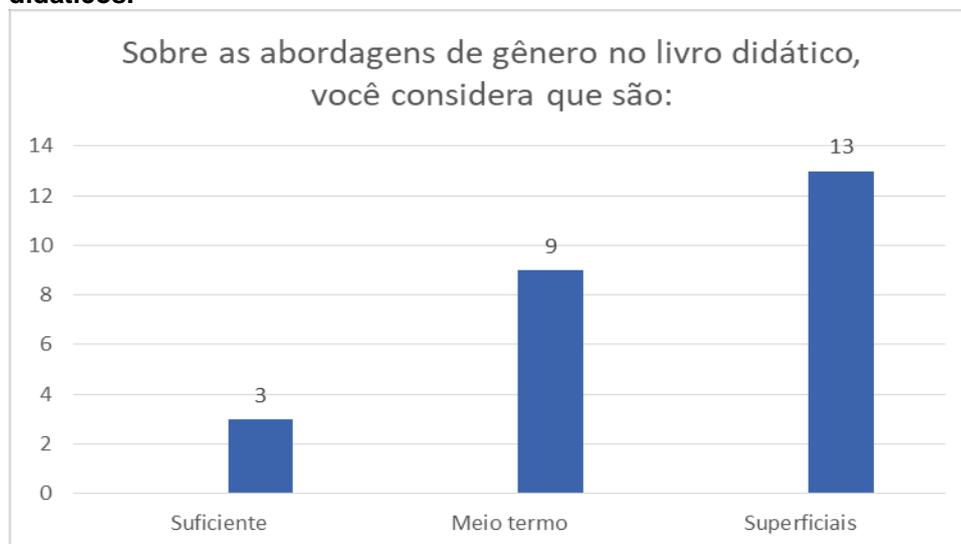
Fonte: Elaboração da autora.

Conforme demonstrado acima, fica evidente a editora Moderna como sendo a maioria entre os professores que participaram da pesquisa, justificando assim, nossa escolha dos livros desta editora para análise.

Os docentes também foram questionados acerca de sua percepção com relação as abordagens de gênero nos livros trabalhados, se eles consideram que os

conteúdos estão explanados de forma eficiente para aprendizagem dos alunos, se seria meio termo ou se as abordagens eram curtas e superficiais necessitando de uma intensificação. Veja as respostas conforme demonstra o gráfico 02.

**Gráfico 02- Concepção dos professores sobre as abordagens de gênero nos livros didáticos.**

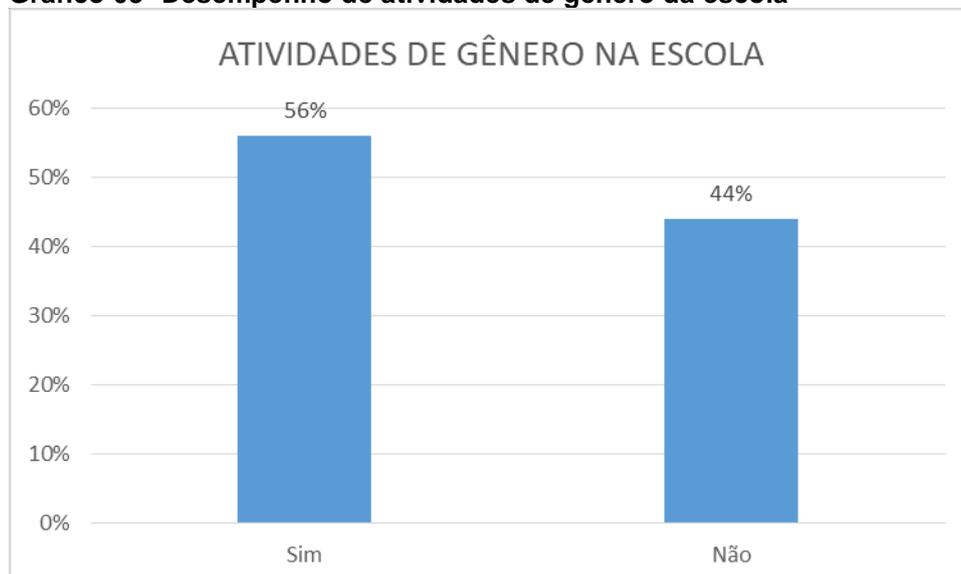


Fonte: Elaboração própria da autora.

Conforme as informações apresentadas verifica-se que 52% dos professores entrevistados afirmam considerar que as abordagens de gênero nos respectivos livros são insuficientes e que necessitam de ajustes, 36% julgam ser meio termo e 12% defendem sua suficiência.

Com relação a atuação desses professores nas escolas buscamos saber se eles já participaram ou promoveram alguma atividade como palestras, trabalhos ou campanhas sobre gênero no ambiente escolar, tais como: discussões sobre feminicídio, tipos de violência contra a mulher, o significado real do dia 8 de março, desigualdades de gênero, etc. Acompanhe no gráfico 03 as respostas obtidas:

**Gráfico 03- Desempenho de atividades de gênero da escola**



Fonte: Elaboração própria da autora.

Esta temática, conforme mostra o gráfico 03, necessita de uma intervenção urgente por parte das nossas propostas curriculares. O cenário apresentado sinaliza para o fato de que quase metade dos entrevistados nunca participou ou promoveu nenhuma atividade relacionada às questões de gênero na escola.

Este fato suscita o questionamento: será que a ausência dessas temáticas decorre da falta de orientação/interesse por parte dos professores, ou não houve espaço dentro das propostas curriculares que, estão limitando a autonomia de professores a seguirem padrões de ensino prontos, sem que eles também tenham autonomia para essas discussões?

Dos 56% dos professores que responderam que já promoveram ou participaram dessas discussões na escola, tivemos diferentes respostas para os tipos de atividades, mas de forma geral, foram: debates, palestras, exposição de um documentário, aula expositiva e um deles relatou ter utilizado o espaço da aula sobre população e pirâmide etária, para abordar a temática da mulher no Brasil.

Outro dado que buscamos identificar foi se eles já presenciaram na escola algum tipo de problema relacionado a questões de gênero. Por exemplo, aluno(a) que estava sob medida protetiva com a mãe devido à violência doméstica, se ouviu algum discurso machista por parte de alunos entre outros. E como respostas, 56% dos professores afirmam que sim!

Questionamos a opinião dos professores novamente referenciando o livro didático. Em uma escala linear de 1 a 3, quanto eles consideram que o livro tem contribuído para extinção dos problemas sociais, levando em consideração os atuais dados de violência contra a mulher, o feminicídio, preconceito contra o trabalho feminino, desigualdade de rendimentos, machismo, entre outros. E para isso, 17 professores atribuíram nota 1 (pouco ou quase nada), 7 deram média 2 (meio termo), e 1 professor atribuiu nota 3 (suficiente).

Por fim, solicitamos que eles deixassem suas opiniões relacionadas as quais ações por parte dos professores e da escola num todo, poderiam ser realizadas para contribuir na construção do conhecimento dos alunos sobre a importância da extinção das desigualdades de gênero e violência contra a mulher. Entre as respostas, tivemos sugestões de palestras, campanhas, projetos, debates, rodas de conversas, campanhas publicitárias, distribuição de panfletos, rodas de conversas, promover encontros com as famílias para discutir o assunto, estimular debates a partir de notícias, projetos que engajem alunos e comunidade, documentários, seminários, estímulos ao corpo docente a promover esses trabalhos, dar autonomia para os professores abordarem essas questões em sala.

## **5 CONCLUSÃO**

Concluimos o presente trabalho reiterando as palavras iniciais que dão como objetivo deste estudo identificar o lugar que a mulher tem ocupado no currículo de Geografia, analisando se as propostas curriculares atuais tem dado a devida atenção que garanta ao professor diretrizes para essas discussões em sala, e se propõe soluções em estágios o mais amplo possível, que possibilite influência no crescimento dos alunos como futuros adultos conscientes e responsáveis sobre o respeito e a igualdade de gênero, o que não torna esta prática uma doutrinação acerca da sexualidade, mas uma luta por uma sociedade mais justa com as mulheres.

Temos clareza que as atividades desenvolvidas nesta pesquisa não possuem um caráter de total relevância no tocante da complexidade da temática que merece um maior aprofundamento de propostas de intervenção por parte dos documentos normativos que constroem o currículo escolar, porém concluímos nosso trabalho com uma amostragem significativamente positiva quanto aos objetivos iniciais e as respostas quanto aos resultados esperados.

Diante das discussões aqui propostas consideramos que a omissão do ensino gênero nas escolas, a falta de discussões e metodologias voltadas para a diminuição das desigualdades de gênero e violência contra a mulher, acarretará em um agravamento futuro, e o que claramente já ocorre na atualidade.

As dimensões alcançadas pela falta dessas discussões em sala, gera problemas tanto no âmbito escolar, quanto no convívio social. Nesse sentido, o presente trabalho se direciona numa hipótese de intensificação concreta nas abordagens de gênero no ensino escolar, principalmente nas séries finais do ensino fundamental nas quais o aluno está mais perceptível a construção de identidade e valores. Apresentando como estratégia metodológica um modelo de ensino obrigatoriamente bem elaborado quando se refere a gênero, com intuito de resgatar momentos históricos das lutas para que mulheres tivessem hoje direitos básicos. É preciso romper com a cultura do silêncio sobre as desigualdades e as violências sofridas diariamente por milhares de mulheres no Brasil. E a escola não pode se isentar desta responsabilidade, sobretudo, a Ciência Geográfica que atua diretamente na dinâmica socioespacial.

Diante do que foi analisado, compreendemos que a atual versão da BNCC necessita de uma reavaliação para que possa reconhecer a importância de se trabalhar às questões de gênero no ambiente escolar sugerindo temas com mais clareza e não mascarando essas discussões, de maneira que dê apoio aos professores para que possam abordar mais profundamente essas temáticas, pois sabemos que são questões que ainda hoje são tratadas sem sua devida importância, mesmo diante dos dados históricos e atuais que comprovam sua urgência.

Estamos cientes dos desafios, há um longo caminho de lutas a percorrer para que possamos amenizar o machismo culturalmente difundido no nosso país. E isto não é ideologia, não é doutrinação, é saúde pública! Porque a partir do momento que um problema social põe em risco a vida de terceiros, não é apenas dever da família intervir, ele passa a ser de interesse público, e conseqüentemente da escola.

Ademais, sugerimos a necessidade de constantes pesquisas com foco na identificação da maneira que esses materiais que chegam nas escolas estão sendo trabalhados, ou seja, que discursos estão sendo levantados diante da temática, de que maneira os alunos estão absorvendo essas informações. Só assim, estaremos resguardados da eficaz atuação escolar na luta por uma sociedade mais justa e fraterna.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA. M. I. **Ensino com pesquisa na licenciatura como base na formação docente**. In: ENDIPE: trajetórias e processos de ensinar e aprender: lugares memórias e culturas. Porto Alegre: EDIPCRS, 2008. p.473- 487

BELO, E. M; FERREIRA, G. H. C. **A importância da geografia em sala de aula: o desafio de um ensino capaz de formar o cidadão.** Linguagem Acadêmica, Batatais, v. 2, n. 2, p.65-82, jul/dez.2012.

BRAGA, S.A.M. **O texto do livro didático de ciência:** um gênero discursivo 2003. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BRASIL, Parâmetro Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.  
CUNHA, M. B. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero.** Artigo Classificado em 7o lugar na XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

DEZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. IN: e col. **O planejamento da Pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

FARIAS, P. S. C. A formação do Professor de Geografia para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. In: FARIAS, P. S. C.; OLIVEIRA, M. M de (orgs.). **A Formação Docente em Geografia: teorias e práticas.** P. 57- 06. Campina Grande: EDUEFCG, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Ed. Atlas S.A, 2002.

GIROTTTO, Eduardo Donizeti. DOS PCNS A BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal / from pcns to bncc. **Geo Uerj**, São Paulo, n. 30, p. 419-439, 18 out. 2016. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/geouerj.2017.23781>.

GOMES, M.M. **Currículo de Ciências: estabilidade e mudanças em livros didáticos, Educação e Pesquisa**, São Paulo, V.39, n2, 2013, p.467-492.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Bel Horizonte (MG): UFMG, 1999.

LIBÂNIO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil; desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. Cadernos de Pesquisa, v.46, n.159, p. 38-62, jan./mar.,2016. Disponível em: CP159\_Miolo.indb (scielo.br). Acesso em: 27 jul. 2022.

PONTUSCHKA, N. N. Parâmetros Curriculares Nacionais: tensão entre Estado e Escola In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de Reforma no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Convergências e tensões na formação de professores de Geografia: a formação inicial do professor? debates. **Olhar de Professor**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 37-46, 20 jul. 2010. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/10.5212/olharprofr.v.13i1.0002>.

PUNTEL, Geovane Aparecida. A Paisagem no ensino da Geografia. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/download/130/85>>. Acesso 20 de jul. de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 131.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

SILVA, Diana Melo. GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. **Anais do XIV Colóquio Internacional**, [S.L.], p. 1-17, 25 set. 2020. Grupo de Estudos e Pesquisas.

SILVA, M. A. **A fetichização do livro didático no Brasil. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 805, set./dez. 2012.

TAGLIANI, D. C. **O livro didático como instrumento mediador no processo ensino aprendizagem de língua portuguesa: a produção de textos**. RBLA, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 135-148, 2011)

TELES, M.A.A.; MELO, M.M. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002, p. 15.

TELES, M.A.A.; MELO, M.M. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002, p. 59.

## APÊNDICE A – Questionário utilizado junto a professores de Geografia para contribuir com a pesquisa.

### Pesquisa para contribuição na construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado como: "A condição da mulher livro didático de Geografia: discutindo seu espaço dentro das propostas curriculares".

Venho convidá-lo(a) a participar voluntariamente da nossa pesquisa qualitativa, que está sendo trabalhado pela licencianda em Geografia pela UEPB, Raquel Karolyne Moreira de Souza, que tem como objetivo identificar as concepções dos professores de Geografia sobre as abordagens de gênero nos livros didáticos.

*\*Obrigatório*

1. E-mail \*

\_\_\_\_\_

2. Você é professor(a) de Geografia da rede publica ou privada?

*Marcar apenas uma oval.*

- Pública
- Privada
- Nas duas instituições

3. Qual a Editora do livro didático de Geografia adotado pela escola que você trabalha?

\_\_\_\_\_

4. Sobre as abordagens de genero no livro didatico, voce considera:

*Marcar apenas uma oval.*

- Que são explanados na quantidade suficiente para aprendizagem dos alunos.
- Está relativo, meio termo.
- São abordagens curtas e superficiais, passíveis de serem intensificadas.

5. Você já participou ou promoveu alguma atividade como palestras, trabalhos ou campanhas sobre gênero no ambiente escolar? Por exemplo, feminicídio, tipos de violência contra a mulher, o significado real do dia 8 de março, desigualdades de gênero, etc.?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

6. Caso sua resposta da pergunta anterior tenha sido "sim", relate qual atividade alusiva a questões de gênero no ambiente escolar foi realizada.

\_\_\_\_\_

7. Você enquanto professor, já presenciou na escola algum tipo de problema relacionado a questões de gênero? Por exemplo, aluno(a) que estava sob medida protetiva com a mãe devido a violência doméstica, ouviu algum discurso machista por parte de alunos, etc.

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

8. Diante dos atuais dados de violência contra a mulher, como: feminicídio, preconceito contra o trabalho feminino, desigualdade de rendimentos, machismo, entre outros. Numa escala linear, quanto você considera que o livro didático tem contribuído para extinção desses problemas sociais?

*Marcar apenas uma oval.*

- 1      2      3  
Pouco    Muito

9. Deixe sua opinião sobre quais ações por parte dos professores e da escola num todo, poderiam ser realizadas para contribuir na construção do conhecimento dos alunos sobre a importância da extinção das desigualdades de gênero e violência contra a mulher.

\_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o autor da vida, dono da minha história, por ter me fortalecido e capacitado para chegar até aqui.

A meu esposo André Moraes, por sempre acreditar em meu potencial, e por me apoiar em todas as decisões, muito obrigada! Aos meus filhos, Sarah, Matheus e Maria, vocês são o estímulo que me impulsiona e me faz pensar no futuro de outra forma.

A minha mãe, Gecilda Cardoso, por tanto cuidado, preocupação e oração, acredito fielmente que todo esse amor e proteção de Deus sobre minha vida, é fruto de suas intercessões. Agradeço também ao meu pai, José Heleno, por estar sempre presente em todos os momentos de minha vida. Minhas irmãs, Rafaela e Gisely, vocês representam muito pra mim, obrigada por todo apoio e motivação. Ao professor Jadiel Lucas, cunhado, amigo e grande incentivador em minha caminhada.

Gratidão imensa a toda família Moraes, em especial a minha sogra, Maria de Fátima e minha cunhada, Ana Carla, por tanto amor e cuidado dedicados a Maria Heloisa, todas as vezes que precisei me ausentar para trabalhar e estudar.

A minha orientadora Prof. Me. Nathália Rocha Moraes, por aceitar contribuir com seu conhecimento na construção deste trabalho. Saiba que sua dedicação na profissão e a forma firme, mas ao mesmo tempo doce, que lidas com seus alunos é uma inspiração para mim enquanto professora iniciante.

Agradeço também a Prof. Dra. Joana d'Arc Araújo Ferreira pelo acolhimento durante todo o decorrer do curso. Foi a primeira que acreditou em meu potencial, me deu grandes contribuições durante o período de Residência Pedagógica, só tenho gratidão e um carinho imensurável.

A todos os meus colegas de curso, pelos conhecimentos compartilhados durante esses anos. Seguimos caminhos diferentes, à distância irá separar, mas, com toda certeza, levo comigo um pouquinho de cada um. Em especial a Carla Andreza e Francisco Messias, pelo companheirismo e lealdade durante e após a jornada acadêmica. Deixo meu muito obrigada cheio de saudades e carinho.

De forma geral, este trabalho é dedicado a todas as mulheres que são vítimas de violência de gênero ou doméstica. Que nunca percamos a coragem de falar e lutar contra qualquer opressão. Que não falte força e esperança de uma vida sem violência mesmo que pareça utópico.